

GOVERNO FHC Licitação foi dispensada em 44,7% dos gastos que a exigiam

TCU critica diminuição de gastos sociais em 1995

SILVANA DE FREITAS
da Sucursal de Brasília

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou ontem o parecer técnico sobre as contas do governo federal relativas a 1995 com críticas à redução dos gastos sociais em relação a 1994.

Foi criticado também o percentual elevado de gastos sem licitação — 44,7% das despesas que deveriam ter concorrência.

A redução das despesas foi de 82,93% na área de assistência social e defesa dos direitos da criança e do adolescente, 40,95% nos programas de geração de emprego e renda e 19,98% no apoio à educação e ao ensino fundamental.

Na análise específica sobre o programa de reforma agrária, o relatório do TCU afirma que a política de assentamentos foi insuficiente e que a maioria desses assentamentos permanece “completamente abandonada, sem mecanização, nem assistência técnica”.

“Todas essas substanciais reduções na liberação de recursos para programas considerados essenciais e eleitos pelo próprio governo federal para combater a pobreza no país demonstram que, de fato, em 1995, a política social não foi prioridade”, disse o relator, ministro Homero Santos.

O desempenho do governo em 1995

Segundo o TCU

Área	Gastos em 1995	Desempenho em relação a 1994
Apoio à educação e ao ensino fundamental	R\$ 606.017.796,72	- 19,98%
Infra-estrutura de saneamento básico	R\$ 59.405.694,02	- 21,86%
Geração de emprego e renda	R\$ 32.461.707,02	- 40,95%
Assistência social e defesa dos direitos da criança e do adolescente	R\$ 15.353.410,16	- 82,93%
Alimentação (merenda escolar e distribuição de cestas básicas)	R\$ 1.530.749.160,11	- 6,28%
Desenvolvimento rural	R\$ 133.871.013,78	- 67,64%
Desenvolvimento urbano	R\$ 90.991.082,47	- 46,47%
Receita arrecadada	R\$ 316,217 bilhões	+ 42,8%
Proer	R\$ 5,89 bilhões para o Banco Nacional	Não existia esse programa
Recursos a 39 fundos de pensão	R\$ 3 bilhões	Contra R\$ 1,274 bilhão em 1994

Fonte: Relatório do Tribunal de Contas da União

Qualidade do gasto

O presidente do TCU, ministro Marcos Vileça, afirmou serem viáveis a “má administração, má qualidade e desperdício de programas sociais”.

Segundo ele, “não adianta simplesmente jogar mais recurso na área social. É preciso melhorar a qualidade do gasto”.

controlar essas entidades.

O relatório também critica a taxa de juros anuais de 2% para os financiamentos concedidos a bancos no programa de incentivo às fusões bancárias (Proer), remuneração que representa “uma espécie de subsídio”, segundo Homero Santos.

Licitações

O TCU condenou o fato de o governo ter dispensado licitação em 44,7% dos gastos que exigem esse procedimento. Esse índice vem-se mantendo há dois anos.

Outra constatação é sobre a concentração de renda: os 20% brasileiros mais pobres detêm 2,1% da renda nacional, e os 10% mais ricos detêm 51,3% dessa renda.

O TCU indicou ainda que o programa de privatizações foi lento e teve “inexpressiva participação na redução da dívida pública”. Não detectou irregularidades nas contas federais de 95. Desde 90, o Congresso não aprecia os pareceres.

Outro lado

A Folha tentou ouvir o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, mas foi informada de que ele estava fora de Brasília. O jornal pediu uma manifestação ao presidente interino, Marco Maciel. Até as 20h, não havia obtido resposta.

Para o TCU, o governo obteve em 95 aumento de 42,8% na arrecadação de receita e elevou de R\$ 1,274 bilhão (em 94) para cerca de R\$ 3 bilhões (em 95) os repasses de recursos para 39 fundos de pensão.

Os fundos de pensão administram cerca de R\$ 59 bilhões — 10% do PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos no país). O TCU quer passar a